

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP E A AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA

A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, implantada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1988, com sede em Brasília — DF e Escritório Central no Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ nº 02.313.673/0002-08, neste ato representada pelo Diretor-Geral **Rodolfo Henrique de Saboia**, nomeado por meio de Decreto Presidencial, de 5 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2020, no uso da competência que lhe foi atribuída no inciso IV, do Decreto nº 2.455/98, doravante denominada **ANP** e a **AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, criada pela Lei Estadual 4.556/05, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de junho de 2005, sob a forma de autarquia especial, com sede na Av. Treze de Maio, no. 23, 23º. Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ 07.694.194/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, **Rafael Carvalho de Menezes**, CPF 073.719.547-93 tomou posse no Conselho Diretor - CODIR para um mandato de quatro anos no dia 01 de outubro de 2021 e foi designado para a Presidência da AGENERSA a contar de 14 de outubro de 2021, doravante denominada **AGENERSA**,

Considerando que, no âmbito do governo federal:

"O Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) foi criado para monitorar a implementação das medidas do Programa Novo Mercado de Gás.

O Novo Mercado de Gás é o programa do Governo Federal que visa à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovendo condições para redução do seu preço e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico do País.

Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e desenvolvido em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, a Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Programa abrange medidas para todos os elos da cadeia de valor do gás natural, desde o escoamento da produção até a distribuição, respeitando a competência dos Estados para a regulação dos serviços locais de gás canalizado. As medidas visam ao uso mais eficiente das infraestruturas existentes, à atração de novos investimentos e à promoção da concorrência no mercado de gás natural. ¹¹

Considerando a promulgação da Nova Lei do Gás (Lei Federal nº 14.134/2021) e do seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 10.712/ 2021), o qual dispõe, no Artigo 27:

"Art. 27. O Ministério de Minas e Energia e a ANP deverão se articular com os Estados e o Distrito Federal para a harmonização e o aperfeiçoamento das normas atinentes à indústria de gás natural, inclusive em relação à regulação do consumidor livre.

§ 1º Para fins do disposto no caput, poderão ser adotados como mecanismos:

1 - a formação de redes de conhecimento coordenadas pelo Ministério de Minas e Energia e integradas por representantes dos entes federativos, da indústria do gás natural e de especialistas do setor, com o objetivo de:

a) gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências relativos às políticas energéticas e da regulação da indústria do gás natural; e

b) formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;

11 - a proposição pela ANP de diretrizes para a regulação estadual dos serviços locais de gás canalizado, cuja adesão pelos Estados e o Distrito Federal será voluntária.

§ 2º - O Ministério de Minas e Energia e a ANP disponibilizarão um canal de comunicação com os Estados e o Distrito Federal.

§ 3º - A adesão voluntária pelos Estados interessados poderá ser registrada por meio do Pacto Nacional para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural".

Considerando as tratativas realizadas entre a ANP e a AGENERSA

Estas firmam o presente acordo, com sujeição às normas do Decreto nº 93.872/86, da Lei 8.666/93 e 1N/STN nº 01/97, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA — DAS DEFINIÇÕES

¹¹Fonte: <http://antigo.mme.gov.br/web/guest/konseelhos-e-comites/cmgn>. Consultado em 24/09/2021.

1.1 Fica acordado pelas Partes que os termos a seguir serão adotados para efeitos do presente Acordo.

1.1.1. Acordo de Cooperação Técnica: instrumento que formaliza o interesse mútuo de cooperação técnica entre as instituições da administração pública signatárias do presente documento e tem que tem por finalidade a execução do Plano de Trabalho e respectivos Programas de Atividades, sem o repasse de recursos financeiros.²

1.1.2. Gestor: agente da administração pública formalmente designado para coordenar a formalização, a execução e a prestação de contas do Acordo de Cooperação Técnica.³

1.1.3. Plano de Trabalho: parte integrante da proposta do Acordo de Cooperação Técnica, que contém o objeto das atividades da parceria, a descrição das metas a serem atingidas, entre outros.⁴

1.1.4. Programa de Atividades: detalhamento das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Acordo de Cooperação, conforme metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

1.1.5. Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação Anual: documento pelo qual às instituições analisarão o cumprimento parcial das metas e atividades estabelecidas no Programa de Atividades⁵.

1.1.6. Relatório Técnico Conclusivo Final: documento pelo qual às instituições analisarão o cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica, com base nos Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação Anuais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DO OBJETO

2.1. O presente Acordo tem por objeto a cooperação técnica-científica entre a ANP e a AGENERSA, visando o desenvolvimento de estudos sobre a regulação das atividades da indústria do gás natural no âmbito estadual e federal. No acordo também serão aprofundados os debates sobre o Programa do Novo Mercado de Gás, instituído pelo governo federal. Adicionalmente, as instituições também tratarão da regulação do aproveitamento do biogás de distintas origens.

2.2. As metas a serem cumpridas, em atendimento ao objeto do Acordo de Cooperação, serão detalhadas no Anexo Único, parte integrante deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

²Fonte: <https://contratos.ufes.br/instrumentoscelebrados>. Consultado em 24/09/2021.

³<http://internacional.ifmt.edu.br/media/flipublic/06/99/069905fc-2d04-44ce-af47-fdcbbf6365ef/rmanual> de [convenios dsri.pdf](#).

⁴ Fonte: Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e <http://www.unirio.br/gecon/acordos-de-cooperacao-teenica-1/minuta-planode-trabalho-para-acordo-de-cooperacao-tecnica/view>. Consultado em 24/09/2021.

⁵ Fonte: artigo 59 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014

3.1. Compete à ANP e à AGENERSA compartilharem seus conhecimentos sobre as atividades reguladas pela ANP, de competência da União, e pela AGENERSA, de competência do Estado do Rio de Janeiro, nos seguintes temas:

- (a) a harmonização na transição para o novo mercado de gás e;
- (b) a abertura e desenvolvimento do mercado de biogás.

3.2. Constituem obrigações das Partes:

I - avaliar o cumprimento dos objetivos e metas definidos no Plano de Trabalho;

II - aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação de execução deste Acordo, mediante proposta das Partes, fundamentada em razões concretas que a justifique;

III - monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar todos os serviços objeto deste Acordo, realizando vistorias, sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;

IV - executar o objeto definido na cláusula primeira, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado, assim como aplicar os recursos financeiros visando, exclusivamente, ao seu cumprimento e ao atingimento dos objetivos e metas definidos no Plano de Trabalho, com a estrita observância da legislação vigente;

V- adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Acordo.

VI - arcar com os prejuízos que, em decorrência de ação dolosa ou culposa de seus agentes, vier a causar a terceiros ou a bens, móveis ou imóveis, ficando nesses termos obrigado a repará-los ou indenizá-los;

VII - arcar com os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, incluindo os decorrentes de acordo, dissídios e convenções coletivas oriundos da execução do Acordo, ficando a outra parte isenta de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária;

VIII - arcar com qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente da execução do Acordo.

4. CLÁUSULA QUARTA — DO PLANO DE TRABALHO E DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

4.1. No Plano de Trabalho, apresentado no Anexo Único, serão descritas as metas do Acordo de Cooperação, a serem atingidas através dos Programas de Atividades.

4.2. Os Programas de Atividades serão anuais e deverão conter o cronograma de execução, as metas anuais a serem atingidas e as atividades a serem executadas, a forma de execução e os parâmetros adotados para a aferição do cumprimento dessas metas.

4.3. A definição de cada Programa de Atividades consiste na elaboração, pelas partes, de Relatório contendo o planejamento detalhado das atividades, observando-se as orientações

supracitadas e a proteção ao sigilo e a confidencialidade.

4.4. Em até 3 (três) meses após a assinatura do Acordo de Cooperação, os representantes de cada instituição deverão se reunir para definir os compromissos a serem estabelecidos no primeiro Programa de Atividades.

4.5. As partes indicarão os respectivos coordenadores para cada Programa de Atividades, a medida em que seus compromissos forem sendo fixados.

5. CLÁUSULA QUINTA — DA CONFIDENCIALIDADE

5.1. Cada Parte compromete-se a usar a informação privativa de forma tangível, registrando como "confidencial" a obtida da outra parte, somente para os propósitos da cooperação técnica acordada, salvaguardando e mantendo a citada informação como de uso confidencial, exceto quando requerida por funcionários ou terceiros que tenham necessidade de conhecer parcelas das informações para uso comum de ambas as partes deste Acordo. As partes devem impor correspondentes obrigações de confidencialidade e de não uso, por parte de seus funcionários e terceiros.

5.2. Fica ressalvado, para todos os fins, que as partes não poderão assumir compromissos que impliquem obrigações ou responsabilidades que sejam afetas a outra parte, além daqueles constantes no próprio Acordo entre si firmado.

5.3. A disponibilização das informações tratadas na presente cláusula somente poderá ocorrer no prazo de 2 (dois) anos após o término deste Acordo e desde que acordado entre as partes.

6. CLÁUSULA SEXTA — DA EXECUÇÃO DO ACORDO

6.1. As atividades objeto deste Acordo de Cooperação serão executadas conforme Plano de Trabalho e os Programas de Atividades Anuais, previsto na Cláusula Quarta e no Anexo Único do presente documento.

6.2. As Partes poderão solicitar, entre si, documentos e informações técnicas que estejam dentro do objeto do presente Acordo.

6.3. O Acordo não obriga as partes a cooperarem em assuntos sigilosos, confidenciais, ou naqueles em que existam proibições, seja por lei, por contrato ou costume, de acesso a terceiros.

6.4. No caso de uma das partes solicitar consultoria ou assistência especializada que não se enquadre no âmbito do objeto da presente cooperação, as partes poderão estabelecer um acordo em separado, com a designação de especialistas. Cada caso será analisado individualmente

pelas partes.

6.5. A parte deve manter a outra informada das eventuais oportunidades de interesse comum referentes às atividades que considerem de valor para a parceira.

6.6. No caso de uma das partes solicitar o uso dos serviços de treinamento, fornecido pela outra, será estabelecido acordo em separado e os custos envolvidos de cada instituição ficarão a cargo de cada uma das partes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA — DO ACOMPANHAMENTO E DA COOPERAÇÃO TÉCNICA

7.1. O acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação será realizado pelos gestores, representantes de cada instituição, que indicarão seus respectivos substitutos.

7.1.1. Pela ANP, a gestão do Acordo será realizada pelo Diretor Geral ou por colaborador por ele designado.

7.1.2. Pela AGENERSA, a gestão do Acordo será realizada pelo seu Conselheiro Presidente ou por colaborador por ele designado.

7.2. Os representantes da ANP e da AGENERSA encontrar-se-ão periodicamente, pelo menos uma vez a cada 12 (doze) meses, para avaliar os resultados obtidos e para definir o Programa de Atividades para o próximo período.

7.3. Os representantes definirão, em cada Programa de Atividades, os recursos humanos e tecnológicos necessários para o cumprimento das respectivas atividades.

7.4. Caberá aos gestores do Acordo dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. Ao final do período de 12 (doze) meses após o início das atividades definidas no Programa de Atividades, os gestores do Acordo de Cooperação deverão emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação Anual.

7.6. Quando da finalização do Acordo de Cooperação, os gestores deverão emitir Relatório Técnico Conclusivo Final, com base nos Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação anuais.

7.7. O Relatório Técnico Conclusivo Final deverá ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término do Acordo.

7.8. As atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do Acordo deverão ser realizadas até a data de conclusão do seu objeto ou da sua extinção, pelos órgãos/agentes competentes, que executarão suas respectivas atribuições em regime de colaboração entre si, na forma das cláusulas oitava, nona e décima.

7.9. As atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização da execução das atividades decorrentes do Acordo serão realizadas de forma permanente e abrangerão os aspectos de gestão que impactem o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho.

7.10. Caberá às Partes garantir aos órgãos de controle interno e externo o acesso a todos os documentos e informações relativos ao desenvolvimento das atividades de monitoramento, acompanhamento e fiscalização.

7.11. Cabe às Partes:

I- fiscalizar e gerenciar a fase de execução do Acordo, responsabilizando-se pelas ações para que a sua execução física ocorra conforme metas e prazos previstos no plano de trabalho aprovado pelas partes ;

II- adotar todas as medidas necessárias para a fiel execução do Acordo, bem como alertar seus superiores e aos gestores dos órgãos em tempo hábil para as devidas providências, se necessário;

III- responder, sempre que necessário, às diligências exigidas pelas partes, pelos órgãos de controle interno e externo e pelos gestores;

IV- manter atualizados todos os sistemas pertinentes ao Acordo ou colaborar para sua atualização, quanto aos lançamentos pertinentes ao seu cadastramento, execução e encerramento;

V- exercer outras atividades correlatas ao acompanhamento da execução do Acordo.

8. CLÁUSULA OITAVA — DO REPASSE DE RECURSOS

8.1. Não haverá repasse de recursos entre as entidades pactuantes. Assim, cada instituição assumirá seus próprios encargos na elaboração dos estudos e relatórios, objeto deste Acordo.

8.2. Cada instituição também será responsável de forma integral, pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução das atividades decorrentes do Acordo, sendo o único responsável pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes, respondendo em juízo ou fora deste, de forma integral e exclusiva, isentando a outra Parte de quaisquer obrigações presentes e futuras;

CLÁUSULA NONA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA

9.1. Este Acordo terá o prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contado da data de sua celebração, podendo ser prorrogado pelas partes, via celebração de Termo Aditivo, conforme Cláusula Décima Primeira do presente documento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Desde que este Acordo esteja em vigor, o prazo de vigência poderá ser prorrogado para assegurar o integral cumprimento do objeto, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração do prazo de vigência deverá ser pactuada mediante a celebração de termo aditivo, cabendo, neste caso, a adequação do Plano de Trabalho.

9.2. Este acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ficando assegurado o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão em contrário ajustada pelas partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A denúncia deverá ser comunicada por escrito, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência, somente produzindo efeitos a partir desta data, sendo imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditados os benefícios adquiridos no mesmo período, sem prejuízo do dever de indenizar os prejuízos causados, que deverão ser avaliados e quantificados.

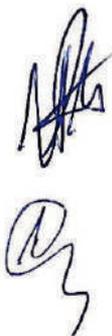
PARÁGRAFO SEGUNDO: Constitui motivo para rescisão deste Acordo, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Acordo poderá ser extinto pela vontade das partes pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível o cumprimento das obrigações.

PARÁGRAFO QUARTO: A rescisão do Acordo será antecedida de intimação das Partes, cabendo à outra parte indicar o inadimplemento cometido, os fatos e os fundamentos legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Às partes será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO SEXTO: A intimação das Partes deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



10. CLÁUSULA DÉCIMA — DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. A comunicação entre as partes será realizada nos endereços e telefones abaixo indicados:

10.1.1. ANP — Agência Nacional De Petróleo, Gás Natural e Biocombustível

Av. Rio Branco, nº 65, 21º andar, Centro, CEP 20.090-004, Rio de Janeiro — RJ. Telefone: (21) 2112 -8100. Fax: (21) 2112 — 8108.

10.1.2. AGENERSA - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.

Avenida Treze de Maio, nº 23, 23º andar, Centro, 20031-902, Rio de Janeiro — RJ. Telefone:(21) 2332-6469. Fax: (21) 2332-6468.

10.2. Todas as comunicações relativas a este Acordo serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo ou remetidas por telegrama, devidamente comprovadas, nos endereços dos representantes credenciados pelos Partícipes.

10.3. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Acordo, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DOS ADITIVOS CONTRATUAIS

11.1. Este ACORDO poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, inclusive quando se referir a ajuste no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de necessidade de adequação do objeto deverá ser apresentada justificativa, sendo o Acordo denunciado ou resilido, e outro será formalizado, com observância da legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Desde que este Acordo esteja em vigor, o prazo de execução poderá ser prorrogado para assegurar o integral cumprimento do objeto, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações dos prazos de execução deverão ser pactuadas mediante a celebração de termo aditivo, cabendo, neste caso, a adequação do Plano de Trabalho.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PUBLICAÇÃO E DO CONTROLE

12.1. As partes publicarão, no Diário Oficial respectivo, extrato contendo a identificação das

partes celebrantes, o número do processo, o objeto do acordo e sua vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O extrato deverá conter as seguintes informações:

I - número do Acordo;

II - nome das Partes;

III - objeto do Acordo;

IV - data de assinatura e período de vigência.

12.2. Será concedido livre acesso aos agentes da administração pública competente, do Controle Interno e do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações relacionadas ao Acordo de Cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir eventuais questões relativas a este Acordo.

13.2. Fica priorizada a solução de divergências por via administrativa, através dos órgãos de assessoramento jurídico de cada instituição.

E, por se acharem justas e acordadas, as partes, ANP e AGENERSA, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

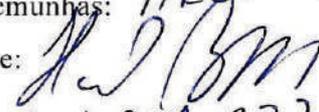
Rio de Janeiro, 21 de dez de 2022.

Pela ANP — AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS


Rodolfo Henrique de Saboia
Diretor-Geral da ANP

Pela AGENERSA - AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


Rafael Carvalho de Menezes
Conselheiro-Presidente da AGENERSA

Testemunhas: HELIO BISAGLIO
Nome: 
CPF: 004.054.237-80
Endereço: R. TOMÁS COELHO, 80/502

Nome: VLADIMIR PASCHON MUELO
CPF: 078.343.807-96
Endereço: RUA GENERAL RIBARDO DA COSTA, 163



ANEXO ÚNICO — PLANO DE TRABALHO

As metas gerais a serem alcançadas pelas duas instituições estão listadas a seguir, bem como a forma de execução, prazos e aferição do seu cumprimento serão especificados nos Programas de Atividades Anuais, conforme disposto na Cláusula Quarta.

Metas a serem atingidas:

1. Encontros dos representantes do Acordo de Cooperação para elaboração dos Programas de Atividades;
2. Treinamento e formação na área de regulação do gás natural canalizado, gás natural comprimido e gás natural liquefeito;
3. Intercâmbio de informações relevantes à regulação da indústria de gás natural;
4. Cooperação de ambas as partes em estudos sobre os aspectos gerais da regulamentação do transporte, distribuição e comercialização do gás natural canalizado, gás natural comprimido e gás natural liquefeito;
 - 4.1. Definição das delimitações entre os sistemas de transporte e distribuição;
 - 4.2. Regulação econômica e critérios para verticalização do setor;
 - 4.3. Questões tecnológicas e econômicas relacionadas ao gás natural canalizado, gás natural comprimido e gás natural liquefeito;
5. Troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização da indústria do gás natural;
6. Elaboração de estudos para o aperfeiçoamento de instrumentos regulatórios;
7. Elaboração de propostas para o aprimoramento de parâmetros de qualidade de fornecimento de gás natural.
8. Biogás;
 - 8.1. Estudos sobre as fronteiras de competência com relação à regulação do aproveitamento do biogás de distintas origens.




Etapas básicas para a elaboração das Atividades Anuais:

Etapa/ Fase	Especificação	Frequência	Duração	
			Início	Término
1	Reunião para definir compromissos	Uma vez	Data da assinatura	90 dias a partir da data de assinatura
2	Elaboração de Programa de Atividades Anual	Anual	A partir da Reunião da etapa 1 ou da etapa 4	60 dias a partir da data de assinatura
3	Desenvolvimento das atividades previstas no Programa de Atividades Anual	Anual	A partir do fim da etapa 2	365 dias a partir do início desta etapa
4	Elaboração do relatório das atividades anuais conforme estabelecido na etapa anterior	Anual	A partir do fim da etapa 3	60 a partir do início desta etapa
5	Reunião de encerramento das atividades do ano	Anual	Em até 30 dias após o fim da etapa 4	--



2013, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência desta Portaria Conjunta, bem como, apresentar a concedente cópia junto com a prestação de contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE- Rio em favor do exequente sem adimplemento da obrigação constante do caput deste artigo.

Art.3º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2022

PEDRO PAULO SOARES DE SOUZA
Gestor FEPROCON

CÁSSIO DA CONCEIÇÃO COELHO
Diretor Presidente - PROCON/RJ

Id: 2448773

Secretaria de Estado de Transformação Digital

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.032 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

INSTITUI COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 036/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto n.º 48.091, de 19 de maio de 2022, e o Decreto n.º 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o que consta dos autos do processo n.º SEI-430002/000556/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 036/2022, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Tamarandé Informática LTDA., por meio do processo n.º SEI-430002/000556/2022.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

- Gestor: Bruno Ricardo Soares, ID Funcional n.º 4349717-9;
- Suplente do Gestor: Daniel Luzente de Lima, ID Funcional n.º 4349885-0;
- Fiscal Requisitante: Roberto Charles Vila, ID Funcional n.º 4372004-8;
- Suplente do Fiscal Requisitante: Ricardo Godinho Fontes, ID Funcional n.º 4349687-3;
- Fiscal Técnico: Luciano Saraiva Gonçalves, ID Funcional n.º 4347487-0;
- Suplente do Fiscal Técnico: Luciana da Silva Portugal Gomes, ID Funcional n.º 4345929-3;
- Fiscal Administrativo: Rafael da Costa Hall, ID Funcional n.º 5114748-3; e
- Suplente do Fiscal Administrativo: Beatriz Pais de Souza Serpa, ID Funcional n.º 5133641-3.

Art. 3º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato n.º 036/2022 e da legislação em vigor, em especial o Decreto n.º 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE n.º 969, de 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 14 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2022

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA Presidente

Id: 2449001

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da Casa Civil

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE n.º 162/2022 (DJU).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BMG SEGUROS S.A.
OBJETO: "Contratação dos serviços de garantia judicial" - Lote 1 - modalidade garantia judicial para execução trabalhista, Ref. Processo Judicial n.º 0182400-60.1996.501.0004 (Execução n.º 0101035-41.2020.5.01.0004), movido por Marlaine Moreira Briard Pringsheim e outros - Apólice n.º 017412022000107750093811".
PRAZO: 36 (trinta e seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 264.940,74 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2022.
FUNDAMENTO: Processo n.º SEI-150001/026304/2022 (Pregão Eletrônico Registro de Preços - PERP n.º 657/2021).

Id: 2448977

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo n.º 02 ao Contrato CEDAE n.º 217/2020 (DPR).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ATAC FIRE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA.
OBJETO: "Renovação do prazo contratual".
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 79.920,00 (setenta e nove mil, novecentos e vinte reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2022.
FUNDAMENTO: Processo SEI n.º E-12/800.331/2020 (Pregão Eletrônico - PE n.º 690/2020).

Id: 2448975

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo n.º 03 ao Contrato CEDAE n.º 005/2020 (DSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: "Renovação do prazo contratual".

PRAZO: 01 (um) ano.
VALOR: R\$ 11.032.500,00 (onze milhões, trinta e dois mil e quinhentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2022.
FUNDAMENTO: Processo SEI n.º E-07/100896/2018.

Id: 2448976

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo n.º 02 ao Contrato CEDAE n.º 122/2020 (DPE).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
OBJETO: "Renovação do prazo contratual".
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2022.
FUNDAMENTO: Processo SEI n.º E-12/800.454/2020.

Id: 2448978

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** Contrato de Prestação de Serviços n.º 001/2022.
PARTES: DETRAN/RJ e L8 Group S.A. **OBJETO:** Prestação de serviços, contínuos e especializados, em solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais, com fornecimento, por comodato, de câmeras operacionais portáteis, e demais equipamentos necessários à execução do objeto, para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, oferecendo infraestrutura nas instalações físicas das CONTRATANTES, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware, bem como acessórios dos equipamentos, e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, durante as atividades operacionais e o prazo de contrato, na forma e condições expressas no Termo de Referência - Anexo I ao Edital, seus Apêndices, Anexos e do instrumento convocatório. **PRAZO:** 30 (trinta) meses, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço, desde que posterior à data da publicação. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 11.091.120,00 (onze milhões, noventa e um mil, cento e vinte reais). **NOTA DE EMPENHO:** 2022NE03620. **GESTORES:** Guilherme Telles Ribeiro, Diretor Geral da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Id. Funcional n.º 43184561, como Gestor, e Bruno da Penha Lemos, Diretor de Divisão, Identidade Funcional n.º 4318058-2, como Gestor Substituto. **FISCAIS:** MARCOS ANTONIO DE FREITAS, Coordenador, Identidade Funcional n.º 43476414, Presidente da Comissão de Fiscalização, MARLON GOMES CALAZANS, Diretor de Divisão, Identidade Funcional n.º 51298457, GUTENBERG JACULAK SAMPAIO, Diretor de Divisão, Identidade Funcional n.º 51085267, como Fiscais e ALEXANDRE RODRIGUES DIAS, Coordenador de Correição, Identidade Funcional n.º 05713617, como Suplente. **DATA DA ASSINATURA:** 18/11/2022. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Estadual n.º 287/79 e Decretos n.º 3.149/80 e 42.301/10. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-150112/000317/2021.** *Replicado por incorreção do original, publicado no D.O. de 18/11/2022.

Id: 2448850

Secretaria de Estado de Governo

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Apostilamento ao Contrato n.º 016/2021, relativo ao reajuste de preços previsto na Cláusula Nona - Parágrafo Décimo Terceiro;
OBJETO: Prestação de serviços de locação de 10 veículos tipo Minicargo, Gasolina, Motor Potência De 85 ~ 130 Cv, Capacidade Carga 600kg ~ 900kg, Direção Hidráulica/Eletrassistida, Condicionador de Ar, para atender a Operação Lei Seca, oriundos da Ata de Registro de Preços n.º 011/2021;
CONTRATADA: CS BRASIL FROTAS S/A.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 8.666/93.
ÍNDICE APLICADO: INPC - Índice de Preços do Consumidor.
INÍCIO DA APLICAÇÃO PERCENTUAL: novembro/2021.
PERCENTUAL DE REAJUSTE UTILIZADO: 6.4600800%.
VALOR UNITÁRIO DO VEÍCULO: R\$ 2.132,76 (dois mil, cento e trinta e dois reais e setenta e seis centavos);
VALOR UNITÁRIO DO VEÍCULO REAJUSTADO: R\$ 2.270,50 (dois mil, duzentos e setenta reais e cinquenta centavos).
PROCESSO Nº SEI-150001/003094/2021.

Id: 2448963

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Cooperação Técnica n.º 20/2015, contendo Termo de Adesão do Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, assinado em 05 de outubro de 2022.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Secretário de Fazenda do Estado e com os municípios do Estado do Rio de Janeiro, por adesão, representados pelos Secretários Municipais de Fazenda.
OBJETO: O intercâmbio de informações e a formulação de ações integradas de natureza Econômico-Fiscais.
ASSINATURA: 05/10/2022.
FUNDAMENTO DO ATO: Processo n.º SEI-040079/003704/2022.

Id: 2448934

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 016/2017 - Termo Aditivo n.º 031/2022.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, representado pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda, LEONARDO LOBO PIRES e o BANCO BRADESCO S/A.
OBJETO: prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato n.º 16/2017, relativo à prestação de serviços bancários, incluindo o pagamento da folha de pagamentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do poder Executivo, incluindo o pagamento a fornecedores do Estado, a centralização da arrecadação das receitas estaduais no âmbito do Poder Executivo, observado os Anexos de Procedimentos Operacionais de Folha e da Arrecadação, e as demais especificações contidas na forma do Termo de Referência, com fundamento no art. 57, Parágrafo Quarto, da Lei Federal n.º 8.666/93.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2023 até 31/12/2023.
VALOR: R\$ 346.091.478,40 (trezentos e quarenta e seis milhões, noventa e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 27/12/2022.
FUNDAMENTO: com fundamento no art. 57, Parágrafo Quarto, da Lei Federal n.º 8.666/93.
PROCESSO Nº SEI-E-04/115/29/2017.

Id: 2448776

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL - AFR 64.09**

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL 64.09, no uso de suas atribuições legais e em confor-

midade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei n.º 05/75, declara: Ficam os contribuintes, abaixo, identificados da lavratura das Notas de Lançamento. Os contribuintes poderão apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias da ciência das Notas de Lançamento, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. A impugnação deve ser apresentada na Avn. Ayrton Senna, 2001, Bloco c - Sala 58, Barra da Tijuca, RJ.

CONDOMÍNIO DO SHOPPING CENTER DA BARRA
CNPJ Nº: 28.248.086/0001-95
NOTA DE LANÇAMENTO Nº: 51009224
PROCESSO Nº SEI-040091/001992/2022

JFE 45 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA
CNPJ Nº: 14.237.405/0001-52
NOTA DE LANÇAMENTO Nº: 51009225
PROCESSO Nº SEI-040091/001997/2022

ISABEL CRISTINA HOZANA FERREIRA
CPF Nº: 552.132.357-00
NOTA DE LANÇAMENTO Nº: 51009226
PROCESSO Nº SEI-040091/001998/2022

ALG POSTO DE ABASTECIMENTO E SERVIÇO LTDA
CNPJ Nº: 72.408.842/0001-98
NOTA DE LANÇAMENTO Nº: 51009363
PROCESSO Nº SEI-040091/001999/2022

Id: 2448868

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2022.
PARTES: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP e A AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA.
OBJETO: Cooperação técnica-científica, visando o desenvolvimento de estudos sobre a regulação das atividades da indústria do gás natural no âmbito estadual e federal.
DATA DE ASSINATURA: 21/12/2022.
PRAZO: 5 (cinco) anos, contado da data de sua celebração.
FUNDAMENTO: Decreto n.º 93.872/86, da Lei n.º 8.666/93 e IN/STN n.º 01/97.
PROCESSO Nº SEI-220007/000332/2022.

Id: 2448822

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Autorização de Serviço n.º 001/2022. **PARTES:** CODIN e ARTHUR OSVALDO COLOMBO. **OBJETO:** Treinamento de Pessoal. **PRAZO:** Imediato. **VALOR:** R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **ASSINATURA:** 27/12/2022. **NOTA DE EMPENHO:** 2022NE00571. **FUNDAMENTO DO ATO:** Inciso II do artigo 29 da Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 c/c o Inciso II do artigo 93 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODIN; artigo 73 da Lei n.º 13.303/2016 c/c artigo 84 e 104 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODIN; Deliberação n.º 281 de 24 de agosto de 2017 do TCE/RJ. **PROCESSO Nº SEI-220010/000493/2022.**

Id: 2448764

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo n.º 03 ao Termo de Cooperação Técnica EMOP/SEDSODH n.º 81/2021. **PARTES:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. **ASSINATURA:** 22/12/2022. **OBJETO:** prorrogação por mais 150 (cento e cinquenta) dias de vigência do Termo de Cooperação Técnica n.º 81/2021 celebrado entre a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP-RJ e a SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDSODH. Este Termo de Cooperação Técnica inclui o prazo de aceitação do objeto contratado. **VALOR:** não há. **FUNDAMENTO:** Processo n.º SEI-E-17/026/1893/2019

Id: 2448772

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO I ao CONTRATO DE EMPREITADA Nº 007/2022. **PARTES:** CEHAB-RJ e a empresa JOÃ ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Adequação da planilha orçamentária com a consequente estimativa de custos no orçamento inicial, que não foi suficiente para atender às falhas existentes encontradas na execução dos serviços e prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 007/2022, que tem por objeto as obras de recuperação das edificações multifamiliares do Conjunto Habitacional Salgado Filho, situado no Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, RJ. **PRAZO:** 60 (sessenta) dias. **VALOR:** R\$1.009.755,88 (um milhão, nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), correspondente ao acréscimo de 31,64% (trinta e um vírgula sessenta e quatro por cento), passando o valor inicial do Contrato para R\$ 4.200.957,04 (quatro milhões, duzentos mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 15/12/2022. **REGISTRO INTERNO Nº 122/2022. FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo SEI-170026/000228/2020, Lei Federal n.º 13.303/2016, Lei Estadual n.º 287/79. Processo Nº SEI-170030/001448/2022.

Id: 2448931

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo I ao Contrato de Empreitada n.º 079/2022. **PARTES:** CEHAB-RJ e a empresa ENGEFLOOR PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. **OBJETO:** Rerratificação da planilha contratual e prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 079/2022, que tem por objeto as obras de recuperação dos quatro blocos do Conjunto Residencial Sergio Fadel localizada na Rua Hívio Naliato n.º 900, Bairro Samambaia, Município de Petrópolis, RJ. **PRAZO:** 90 (noventa) dias. **VALOR:** R\$139.388,00 (cento e trinta e nove mil trezentos e oitenta e oito reais), correspondente ao acréscimo de 9,52% (nove vírgula cinquenta e dois por cento), totalizando o Contrato o valor de R\$ 1.602.763,00 (um milhão, seiscentos e dois mil e setecentos e sessenta e três reais). **DATA DA ASSINATURA:** 07/12/2022. **REGISTRO INTERNO Nº 120/2022. FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo n.º SEI-170041/001002/2022, Lei Federal n.º 13.303/2016, Lei Estadual n.º 287/79. **PROCESSO Nº SEI-170030/001444/2022.**

Id: 2448823